

BOLETIM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

a. 29

n. 1

jan. 2016

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

A GARANTIA AO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – LIMITES – ABUSOS (Christian Fernandes Gomes da Rosa) **1**

A ARBITRAGEM NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A LEI Nº 13.129/2015: NOVOS DESAFIOS (Rafael Carvalho Rezende Oliveira) **19**

DEC. FEDERAL Nº 8.538/2015: A NOVA REGULAMENTAÇÃO DO TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Christianne de Carvalho Stroppa) **32**

O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL: APLICABILIDADE NAS LICITAÇÕES PROMOVIDAS PELAS ENTIDADES DO SISTEMA “S” (Edcarlos Alves Lima e Juliana Torresan Ricardino) **47**

ORIENTAÇÕES PARA AQUISIÇÃO SUSTENTÁVEL DE BENS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (Vinícius Lobato Couto) **55**

A APLICAÇÃO DA TEORIA DA EXCEÇÃO DOS CONTRATOS NÃO CUMPRIDOS AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (Leonardo Rodarte de Almeida e Silva) **66**

QUESTÕES PRÁTICAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Aquisição de material permanente com entrega imediata – Extinção da avença que ocorreu por cumprimento do objeto – Necessidade de declaração da extinção do ajuste pela autoridade competente e publicação na imprensa oficial – Princípio da publicidade e segurança jurídica **75**

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – Alteração quantitativa da ata de registro de preços – Possibilidade – Observância do limite previsto no § 1º do art. 65 da Lei de Licitações **75**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Empresa de pequeno porte que é excluída do Simples Nacional em razão de seu lucro ter ultrapassado o limite para aplicação do tratamento diferenciado – Alteração do regime tributário no decorrer do ajuste – Desequilíbrio econômico-financeiro – Revisão contratual **76**

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS – Execução de sondagem e levantamento planialtimétrico e cadastral de terreno – Inviabilidade da utilização do Sistema de Registro de Preços – Instauração de uma licitação comum – Utilização da modalidade concurso ou outra modalidade tradicional – Tipo de licitação adequado: melhor técnica ou técnica e preço – Adoção da modalidade pregão, desde que seja possível comprovar que os mencionados serviços se enquadram como comuns **78**

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Suspensão da avença – Resgate pelo contratado de garantia contratual – Impossibilidade – Restituição após a execução do ajuste **80**

JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Transporte escolar de educandos das comunidades rurais para o Município – Avença celebrada com empresa cujo sócio-gerente é genitor de Secretários da Urbe – Afronta a dispositivo da LOM – Alegação de que o ajuste possui “cláusulas e condições uniformes” caracterizando exceção prevista no diploma legal – Não cabimento – Negociação de condições e procedimentos específicos entre o ente contratante e a contratada – Inexistência de natureza de contrato de adesão dos pactos por licitação – Afronta aos princípios da impessoalidade e da moralidade – Legalidade da revogação da avença (TJMG) **81**

CONVITE – Contratação de empresa para pavimentação asfáltica “Laudo de recebimento/conclusão da obra” – Obras executadas de acordo com as especificações, normas e condições contratuais – Celebração de avenças particulares entre a pessoa jurídica e moradores para execução do restante do asfaltamento e colocação de meio-fio – Falhas e irregularidades – Pretensa responsabilização solidária do Município – Não cabimento – Previsão em cláusula do ajuste tão somente do dever de fiscalização da Urbe – Reexecução das obras pela empresa contratada que se impõe (TJPR) **86**

DISPENSA DE LICITAÇÃO – Emergência – Desastre natural ocasionado por fortes chuvas – Decreto municipal – Contratação direta de diversas empresas de construção – Irregularidades em determinadas avenças – Processo administrativo instaurado pelo

TCE – Ausência de específicas situações de emergência – Contratos administrativos nulos (TJRJ) **91**

SANÇÃO ADMINISTRATIVA – Suspensão do direito de licitar e contratar com a ECT pelo prazo de cinco anos – Supostas condutas ilícitas praticadas durante a execução do contrato e participação no “escândalo dos Correios” – Processo administrativo – Ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa – Penalidade imputada com base em investigações de outros órgãos – Relatórios e documentos não juntados aos autos e em relação aos quais a empresa sancionada não teve acesso – Nulidade do ato administrativo (TRF1ªR) **95**

PREGÃO ELETRÔNICO – Contratação de serviços continuados de apoio administrativo – Arguição de vantagem indevida, auferida pela licitante vencedora, em decorrência do regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), nos termos da Lei nº 12.546/2011 – Desoneração da folha de pagamento – Alegada afronta aos princípios da legalidade, da isonomia e da moralidade – Suposta incompatibilidade da atividade econômica principal da vencedora com o objeto da licitação – Não ocorrência – Prova de cadastro em atividade econômica secundária compatível com os serviços licitados – Regular enquadramento da empresa no regime CPRB (TCU) **103**